

SUMÁRIO

EIXO 01

1.	DIREITO ADMINISTRATIVO	21
1.1	Evolução histórica	22
1.2	Fontes do direito administrativo.....	23
2.	MÉTODOS E CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS	25
3.	RELAÇÃO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO	26
4.	PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	27
4.1	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	28
4.2	Princípio da indisponibilidade do interesse público pelos administradores do estado.....	29
4.3	Princípios expressos.....	30
4.3.1	Princípio da legalidade	30
4.3.2	Princípio da impessoalidade.....	31
4.3.3	Princípio da moralidade.....	35
4.3.4	Princípio da publicidade	36
4.3.5	Princípio da eficiência	38
5.	PRINCÍPIOS RECONHECIDOS	40
5.1	Princípio da continuidade	40
5.2	Princípio da isonomia	43
5.3	Princípio da segurança jurídica.....	45
5.4	Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	47
5.5	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	49
5.6	Princípio da motivação	50
6.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	51
6.1	Governo e Estado.....	51

7.	SENTIDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	52
8.	FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	53
8.1	Função Regulatória.....	53
8.2	Função ordenadora.....	53
8.3.	Função prestacional.....	54
8.4.	Função de controle.....	54
9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA	54
10.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA E DESCENTRALIZADA....	57
11.	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE CADA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	58
11.1	Autarquias.....	58
11.2	Fundação pública.....	59
11.3	Sociedade de economia mista	60
11.4	Empresa pública	60
11.4.1	Regras comuns entre sociedade de economia mista e empresa pública	61
11.4.2.	Diferenças entre sociedade de economia mista e empresa pública.....	62
11.5	Resumo.....	62
12.	ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS.....	63
13.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

EIXO 02

1.	ENTIDADES EM COLABORAÇÃO COM O ESTADO E TERCEIRO SETOR	67
1.1	Serviços Sociais Autônomos	68
1.2	Organizações Sociais (O.S)	68
1.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	69
2.	PRINCÍPIOS REGENCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	69
2.1	Supremacia do Interesse Público Sobre os Interesses Privados ...	71
2.2	Indisponibilidade do Interesse Público.....	71
3.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	71

3.1	Princípio da Legalidade.....	72
3.2	Princípio da Impessoalidade	72
3.3	Princípio da Moralidade	73
3.4	Princípio da Publicidade.....	74
3.5	Princípio da Eficiência	75
4.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS IMPLÍCITOS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	76
4.1	Princípio da Presunção de Legitimidade e Veracidade das Condutas Estatais.....	76
4.2	Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade	76
4.3	Princípio da Continuidade	77
4.4	Princípio da Autotutela	77
4.5	Princípio da Segurança Jurídica.....	78
4.6	Princípio da Motivação	78
4.7	Princípio da Especialidade.....	79
4.8	Princípio do Contraditório e Ampla Defesa	79
4.9	Princípio da Subsidiariedade.....	79
4.10	Princípio da Hierarquia.....	80
5.	TRANSPARÊNCIA E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA.....	80
6.	SERVIDORES PÚBLICOS.....	82
6.1	Servidores Públicos do Estado de São Paulo	83
6.2	O Regime Jurídico do Policial Civil Paulista	83
7.	PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO	85
7.1	Uso Legítimo e Abuso de Poder.....	86
7.2	Poderes em Espécie.....	86
	REFERÊNCIAS.....	87

EIXO 03

1.	PODER DE POLÍCIA	91
1.1	Conceito	91
1.2	Polícia judiciária e poder das polícias x Polícia administrativa e poder de polícia.....	92
1.3	Atributos do poder de polícia.....	92
1.4	Ciclos e limitações do poder de polícia.....	93
1.5	Delegação do poder de polícia	94

2.	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	94
2.1	Introdução.....	94
2.2	Elementos do ato administrativo	96
2.2.1	Competência	96
2.2.2	Finalidade.....	97
2.2.3	Forma.....	98
2.2.4	Motivo.....	98
2.2.5	Objeto	99
2.3	Silêncio administrativo.....	99
2.4	Atributos do ato administrativo	99
2.5	Planos de análise do ato administrativo.....	100
2.6	Efeitos do ato administrativo.....	100
2.7	Classificação dos atos administrativos.....	101
2.7.1	Vinculados x discricionários.....	101
2.7.2	Simple x composto x complexo	101
2.7.3	Generais x individuais x múltiplos x singulares	102
2.7.4	Ampliativos x restritivos.....	102
2.7.5	De império x de gestão x de expediente.....	103
2.8	Espécies de atos administrativos.....	103
2.8.1	Atos Normativos.....	103
2.8.2	Atos Ordinatórios.....	103
2.8.3	Atos Negociais	104
2.8.4	Atos Enunciativos.....	105
2.8.5	Atos Punitivos.....	105
2.9	Extinção dos atos administrativos	105
2.9.1	Extinção Natural.....	105
2.9.2	Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai.....	106
2.9.3	Renúncia.....	106
2.9.4	Retirada.....	106
2.9.5	Anulação.....	106
2.9.6	Revogação.....	107
2.9.7	Cassação	107
2.9.8	Caducidade.....	107
2.9.9	Contraposição	108
2.10	Convalidação dos atos administrativos.....	108
2.10.1	Convalidação Involuntária ou Decadência Administrativa.....	109

2.10.2	Ratificação	109
2.10.3	Confirmação	109
2.10.4	Reforma	109
3.	PROCESSO ADMINISTRATIVO E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	109
3.1	Processo administrativo	109
3.1.1	Disciplina legal e constitucional.....	109
3.1.2	Princípios.....	110
3.1.3	Competência	112
3.1.4	Atos Processuais	113
3.1.5	Fases do Processo Administrativo (Lei 9.784/99).....	113
3.1.6	Extinção do Processo Administrativo	116
3.1.7	Anulação, Revogação e Convalidação	116
3.2	Processo administrativo disciplinar	117
3.2.1	Disciplina legal.....	117
3.2.2	Sanções.....	117
3.2.3	Procedimento.....	119
3.2.4	Sindicância	119
3.2.5	Processo Sumário	120
3.2.6	Fases do Processo Administrativo Disciplinar	120
4.	LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	123
4.1.	Objetivos e princípios.....	123
4.2	Aplicação da lei.....	124
4.3	Critérios de julgamento das propostas.....	125
4.4	Desempate e margem de preferência.....	126
4.5	Modalidades licitatórias	127
4.5.1	Concorrência	128
4.5.2	Concurso	128
4.5.3	Leilão.....	128
4.5.4	Pregão	129
4.5.5	Diálogo Competitivo	129
4.6	Procedimento	129
4.6.1	Fase interna	129
4.6.2	Fase externa.....	131
4.6.3	Procedimento eletrônico	133
4.7	Dispensa e inexistência	135
4.7.1	Inexistência da licitação	135

4.7.2	Licitação dispensada	136
4.7.3	Licitação dispensável.....	136
4.8	Instrumentos auxiliares.....	136
4.8.1	Pré-qualificação.....	137
4.8.2	Manifestação de interesse.....	137
4.8.3	Registro cadastral	137
4.8.4	Credenciamento	138
4.8.5	Sistema de Registro de Preços – SRP.....	138
4.9	Características dos contratos administrativos.....	139
4.9.1	Formalidades.....	139
4.9.2	Garantia	140
4.10	Cláusulas exorbitantes.....	141
4.10.1	Alteração unilateral do contrato.....	141
4.10.2	Rescisão unilateral do contrato	141
4.10.3	Fiscalização da execução do contrato.....	142
4.10.4	Ocupação de bens	142
4.10.5	Aplicação de penalidades	142
4.11	Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	143
4.11.1	Teoria da imprevisão.....	144
4.12	Execução do contrato administrativo	144
4.12.1	Duração	144
4.12.2	Responsabilidades do contrato.....	145
4.12.3	Extinção do contrato.....	145
4.13	Espécies de contratos administrativos	146
4.13.1	Contrato de execução de obra	146
4.13.2	Contrato de prestação de serviços	147
4.13.3	Contrato de fornecimento de bens	147
4.13.4	Contrato de concessão de uso de bem público	147
4.13.5	Contrato de gestão	147
4.13.6	Contrato de concessão de serviços públicos.....	148
4.14	Convênios e consórcios.....	148
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

EIXO 04

1.	SERVIÇO PÚBLICO.....	151
1.1	Conceito	151

1.2	Princípios	151
1.3	Classificação	153
1.4	Delegação de serviço público	156
2.	BENS PÚBLICOS.....	165
2.1	Domínio público	165
2.2	Conceito de bem público	165
2.3	Classificação dos bens públicos	167
	2.3.1 Quanto à titularidade.....	167
	2.3.2 Quanto à destinação.....	169
2.4	Regime jurídico dos bens públicos	171
	2.4.1 Alienabilidade.....	171
	2.4.2 Impenhorabilidade.....	174
	2.4.3 Impossibilidade de oneração	175
	2.4.4 Imprescritibilidade	176
2.5	Formas de aquisição de bens públicos	177
2.6	Gestão dos bens públicos	179
2.7	Bens em espécie.....	183
3.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	187
3.1	Direito de propriedade	187
3.2	Fundamento.....	188
3.3	Formas de intervenção na propriedade	188
3.4	Modalidades de intervenção na propriedade.....	189
	3.4.1 Limitação administrativa	189
	3.4.2 Servidão administrativa.....	191
	3.4.3 Requisição	193
	3.4.4 Ocupação temporária	195
	3.4.5 Tombamento	196
	3.4.6 Desapropriação.....	200
	3.4.6.1 Competência.....	201
	3.4.6.2 Elementos.....	202
	3.4.6.3 Modalidades	203
	3.4.6.4 Procedimento	215
	3.4.7 Ação de desapropriação.....	217
	3.4.7.1 Indenização.....	218
	3.4.7.2 Direito de extensão	224
	3.4.7.3 Tredestinação.....	224
	3.4.7.4 Retrocessão	224

EIXO 05

1.	REPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	229
1.1	Notas preliminares.....	229
1.2	Responsabilidade civil da administração pública.....	234
1.3	Excludentes de responsabilidade	237
1.4	Responsabilidade pelos danos causados no exercício das funções por notários e registradores.....	247
1.5	Ação regressiva.....	247
1.6	Controles legislativo, judicial e administrativo da administração pública	248
1.7	Controle legislativo	248
1.8	Formas, meios e instrumentos de apuração da responsabilidade	249
1.9	Garantias administrativas e processuais dos administrados.....	250
1.10	Garantias administrativas	252
1.11	Garantias processuais	252
2.	LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI COMPLEMENTAR 207/79)	254
2.1	Penalidades administrativas	257
2.2	Autoridades que podem aplicar as penas.....	257
2.3	Dos deveres do policial civil	259
2.4	Penas para descumprimento de deveres	260
2.5	Transgressão disciplinar	260
2.6	Punições a serem impostas no caso de transgressão disciplinar	264
2.7	Outras infrações disciplinares	264
2.8	Abandono de cargo	265
2.9	Ponto de vista crítico	267
2.10	Da extinção da punibilidade.....	270
2.11	Contagem da prescrição.....	270
2.12	Instrumentos legais de apuração de infrações administrativas ...	270
2.13	Apuração preliminar.....	271
2.14	Sindicância Administrativa.....	272
2.15	Processo Administrativo	272
2.16	Medidas cautelares	275
2.17	Das Práticas Autocompositivas, do Termo de Ajustamento de Conduta e da Suspensão Condicional da Sindicância	276
2.18	Recursos	283
2.19	Revisão.....	284

3.	ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI 10.261/68)	285
4.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO, DECRETO-LEI 4.657 (BRASIL, 1942).....	286
5.	LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/92)	287
5.1	Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário	291
5.2	Dos Atos de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública.....	293
5.3	Penas previstas para atos de improbidade administrativa.....	295
5.4	Da Declaração de Bens.....	297
5.5	Legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.	297
6.	CONSIDERAÇÃO FINAL.....	300
	REFERÊNCIAS.....	300

EIXO 06

1.	LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI Nº 10.177, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998)	309
1.1	Introdução.....	309
1.2	Das disposições preliminares	310
1.3	Dos princípios da administração pública estadual.....	310
1.4	Dos atos administrativos.....	311
1.5	Invalidez dos atos administrativos	311
1.6	Anulação dos atos	312
1.7	Convalidação dos atos administrativos.....	313
1.8	Capítulo III da lei – formalização dos atos administrativos.....	313
1.9	Da publicidade dos atos administrativos	315
1.10	Delegação e avocação	315
1.11	Dos princípios nos procedimentos administrativos.....	318
1.12	Da instrução do processo administrativo	319
1.13	Dos prazos.....	320
1.14	Da publicidade	321
1.15	Da legitimidade para recorrer	323
1.16	Da competência para conhecer do recurso	323
1.17	Das situações especiais	324
1.18	Dos requisitos da petição de recurso.....	324

1.19	Dos efeitos dos recursos.....	325
1.20	Da decisão e seus efeitos	325
1.21	Dos procedimentos em espécie.....	326
1.22	Disposições Finais da Lei.....	335
2.	LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO (LEI 12.527/11)	336
2.1	Introdução.....	336
2.2	Do acesso a informação e divulgação.....	338
2.3	Do pedido de acesso a informação	338
2.4	Das restrições ao acesso a informação	339
2.5	Dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação	340
2.6	Das informações pessoais	342
2.7	Das responsabilidades	342
2.8	Disposições finais.....	343
3.	LEI ANTI CORRUPÇÃO EMPRESARIAL- LEI 12.846/13.....	344
3.1	Introdução.....	344
3.2	Da responsabilidade	344
3.3	Dos atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira ...	345
3.4	Da responsabilização administrativa.....	346
3.5	Do processo administrativo de responsabilização.....	347
3.6	Do acordo de leniência.....	349
3.7	Da responsabilização judicial	351

EIXO 07

1.	LEI Nº 10.294, DE 20 DE ABRIL DE 1999 (DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO).....	353
2.	LEI Nº 13.460/2017 (LEI DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO)	356
3.	LEI Nº 14.129/2021 (PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA AUMENTO DA EFICIÊNCIA PÚBLICA).....	362
4.	LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 1.361/2021	364
	REFERÊNCIAS.....	367